



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

**REORDENAMENTO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: os planejamentos  
estratégicos a serviço do capital.**

*Ana Carolina Brandão Vazquez<sup>1</sup>*

Natureza do trabalho: Reflexão teórica

Eixo VI: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Tema: Questão Urbana (Direito à Cidade, Habitação)

---

<sup>1</sup> Assistente Social graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: (21) 976153109. Email: acbvazquez@gmail.com

## **REORDENAMENTO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: os planejamentos estratégicos a serviço do capital.**

### **RESUMO**

O tema que ora apresentamos neste artigo visa à análise da conformação do espaço na ordem burguesa, principalmente no que tange ao reordenamento urbano que vem sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1990, sendo intensificado a partir da gestão do prefeito Eduardo Paes.

**PALAVRAS-CHAVE:** planejamento estratégico, cidade-mercadoria, megaeventos, reordenamento urbano.

### **ABSTRACT**

The theme now presented in this article aims to analyze the conformation of space in the bourgeois order, especially with regard to urban renewal that has been implemented in the city of Rio de Janeiro since the 1990s, and intensified from the administration of Mayor Eduardo Paes.

**KEYWORDS:** strategic planning, city-merchandise, mega events, urban redevelopment.

Desde o anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 há a intensificação de intervenções urbanas promovidas pela Prefeitura (em parceria com a iniciativa privada) nos espaços da cidade. Apesar de justificar-se na necessidade de adequar a cidade para a recepção desses grandes eventos esportivos, este reordenamento urbano não se apresenta como uma novidade; ao contrário, está em curso desde, pelo menos, o início da década de 1990, a partir da gestão do prefeito César Maia, inspirado no “modelo Barcelona”,<sup>2</sup> como ficou conhecido o conjunto de transformações urbanísticas realizadas na capital catalã por conta dos Jogos Olímpicos de 1992.

Seguindo o rastro das análises de Vainer (2000), nos perguntamos se, de fato, a preparação da cidade para receber estes megaeventos acontece em decorrência dos jogos em si, ou se, antes, a vinda dos jogos para o Rio de Janeiro é uma consequência da maturação de um projeto de cidade que vem sendo gestado desde a década de 1990. O que uma análise mais atenta parece demonstrar é que o processo de reestruturação urbana ocorrido mais intensamente a partir de 2009, na gestão do prefeito Eduardo Paes, passa ao largo de caracterizar-se como um processo surgido para adequar a metrópole à recepção de grandes eventos esportivos, mas, sobretudo, trata-se de um projeto calcado na desapropriação de espaços urbanos centrais com o fim de criar novos fluxos de acumulação do capital, introduzindo uma política urbana orientada pela lógica neoliberal. Deste modo, mais do que o motivo das intervenções urbanas vivenciadas no Rio de Janeiro, os megaeventos caracterizam-se como a possibilidade de realização de um projeto de cidade que há muito vem sendo pensado.

O processo de mundialização do capital, vivenciado na atualidade, caracteriza-se como um “novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões” (CHESNAIS, 1996, p. 14), reconfigurando o capitalismo mundial e os “mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (Idem, p.13). Desta forma, pressupõe uma nova configuração do espaço urbano produzindo transformações que interferem diretamente na reorganização da metrópole como locus privilegiado de reprodução do capital orientando um novo processo de urbanização. Entretanto, ao mesmo tempo em que potencializa a extensão do capital às esferas espaciais em escala exponencial, não elimina as contradições sócioespaciais. Assim, a mundialização do capital, sob a hegemonia do capital financeiro, se concretiza na cidade a partir do investimento no setor imobiliário.

---

<sup>2</sup> O conjunto de intervenções no espaço urbano na cidade de Barcelona, em preparação para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, tornou-se um “modelo” para os especialistas em planejamento urbano. Na ânsia de integrar à cidade à esfera da globalização, este modelo de gestão as submete a uma lógica empresarial a fim de torná-las competitivas para o mercado. Sendo assim, as cidades disputam entre si pelo investimento de capital, tornando-se flexíveis às suas exigências em detrimento do seu uso social por parte de seus habitantes.

Nessa perspectiva, podemos inferir que os processos de urbanização das cidades, em especial da cidade do Rio de Janeiro, sempre foram orientados segundo as demandas do capital, em detrimento das necessidades de uso da população, em especial da população pobre. Sob a égide do capital financeiro vemos o acirramento destas contradições com mais clareza: em contraposição à chamada integração da cidade aos processos da economia global, há uma deterioração das relações sociais no âmbito da vida cotidiana, com o enfraquecimento dos laços de pertencimento a uma rede comunitária, de vizinhança, de solidariedade. Isso se dá, em grande medida, em consequência da valorização do espaço enquanto valor de troca em detrimento da sua realização enquanto valor de uso, que só pode ganhar sentido nas relações da vida cotidiana (CARLOS, 2012).

Cabe, ainda, enfatizarmos o papel fundamental do Estado como instância necessária à criação das condições propícias a realização do parcelamento e valorização do solo segundo as demandas do capital, que em tempos de mundialização encontra-se hegemônico pelo capital financeiro. O Estado tem, assim, caráter decisivo no que concerne ao estabelecimento de um novo padrão na cidade do Rio de Janeiro, realizado através de uma sequência de intervenções urbanísticas, o que incentiva o processo de segregação de segmentos da classe trabalhadora. O Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro torna-se fonte fundamental para entendermos de que forma o Estado facilita e garante a remodelação do espaço urbano segundo as necessidades das relações de produção capitalistas. Sob a falácia do Estado mínimo, contida no discurso neoliberal, o que percebemos é uma intervenção direta do Estado nas políticas de planejamento urbano favoráveis ao desenvolvimento capitalista, sendo o Plano Estratégico um de seus mecanismos. Segundo Vainer,

Para identificar a natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas. Enquanto o Consenso de Washington e o ajuste estrutural, tanto nos países centrais como periféricos, reconfiguravam as economias nacionais, um reajuste e um novo consenso urbanos se impunham. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (*marketfriendly*) e orientado pelo e para o mercado (*marketoriented*). (2011, p. 14)

Em consonância com as agências multilaterais, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), segue a premissa da busca pelo desenvolvimento econômico e social articulado aos processos de globalização e mundialização, com vistas a transformar a cidade numa cidade-empresa. Para tal, é necessário que exista uma administração eficiente, que possa “diagnosticar” (no sentido mais funcionalista do termo) quais são os pontos fracos e

fortes da cidade, a fim de resolver os primeiros e potencializar os segundos, minimizando os “riscos” de se investir na cidade.

Além de motivo de “orgulho” a gestão eficiente é também “moeda de troca” para captação dos recursos financeiros no mercado mundial. Porém, a situação financeira do Rio de Janeiro, para se transformar em uma referência “sólida” para o capital mundial, precisa passar pelos processos de classificação das agências de qualificação de risco de crédito. Ou seja, além de buscar reduzir o chamado “custo Rio” é necessário reduzir o “risco Rio” sem o qual não se conquista uma posição no mercado mundial das cidades. Esta parece ser uma lição não apenas aprendida pela Prefeitura, como também valorizada. (CARDOSO, 2009, p. 3)

Desde 1993 já foram elaborados alguns planos estratégicos para a cidade do Rio de Janeiro a fim de aperfeiçoá-la enquanto cidade competitiva para o mercado mundial. Se há diferença entre eles, estas se caracterizam como pontuais, no sentido de atender de maneira mais satisfatória as tendências do mercado mundial de acordo com as mudanças nas exigências atribuídas pelas agências de fomento internacionais. O que nos chama atenção para fins do estudo proposto, todavia, são as permanências. Em todos eles vigora uma proposta “de abertura e extroversão econômicas propugnadas pelo receituário neoliberal. (...) O mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria” (VAINER, 2000, p.80). Nesse sentido, segundo os consultores catalães, o modelo Barcelona pode se tornar uma experiência universal, tendo em vista que as condições para sua efetivação devem ser as mesmas em todos os lugares. Conforme podemos constatar a seguir:

A proposta de um plano estratégico requer de entrada uma série de condições, entre as quais destacamos as seguintes: vocação expansiva da cidade (em curso ou como projeto); existência de atores urbanos que aceitam a articulação; sensação generalizada de crise de crescimento ou de perda de oportunidades que permite superar enfrentamentos entre atores relacionados com os conflitos do dia-a-dia; liderança (unipessoal e compartilhada). (BORJA e CASTELLS, 1997 apud VAINER, 2000, p. 93).

As premissas que conformam o PECRJ se coadunam com as diretrizes lançadas pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), criando conceitos técnicos que “esvaziam a participação e a discussão pública e planejam o espaço urbano ferindo direitos em nome do progresso, sobrepondo o interesse privado ao público” (FALHAUBER e AZEVEDO, 2015, p.22).

Há, portanto, uma subordinação da política à gestão empresarial, com vistas a converter a cidade em uma mercadoria vendável, a fim de agradar um “mercado extremamente competitivo, onde outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2000, p.78). É preciso, assim, articular o plano local, onde figuram as cidades, ao plano mundial,

possibilitando a realização da reprodução social de acordo com a reprodução do capital (CARLOS, 2012). Por conseguinte,

(...) a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresário, torres de comunicação e comércio, segurança..." (VAINER, 2000, p.79)

Sob a influência do “modelo Barcelona”, como já supracitado, o I PECRJ projetou um modelo de cidade que orientaria suas ações interventivas no espaço urbano de acordo com os interesses das grandes corporações internacionais. Essa tendência permanece nos Planos posteriores, expressando um padrão de gestão urbana em consonância com a lógica neoliberal. Desta feita, o planejamento estratégico consiste em deixar as cidades mais competitivas aos olhos do capital financeiro internacional, transformando-as em pólos atrativos para o estabelecimento do capital transnacional.

Esta forma de gerir a cidade, contudo, se traz grandes ganhos ao capital internacional, interfere de forma nociva nas relações sociais e cotidianas estabelecidas pelos seus habitantes, em que pese, principalmente, a parcela empobrecida dessa população. Contraditoriamente, através do slogan da diversidade cultural, do respeito às diferenças locais e do desenvolvimento sustentável, o novo modelo de cidade proposto nos planos estratégicos “implica um processo de homogeneização e estabelecimento de padrões ideais de comportamento e modos de habitar a cidade” (CUNHA, 2013, p. 328). Deste modo, o processo homogeneizador imposto por esse modelo de gestão “eficiente” tende a promover processos de “gentrificação” e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem. “Associados ao encarecimento do solo urbano e à especulação imobiliária, tais processos teriam tornado a cidade inacessível ao cidadão comum” (CUNHA, 2013, p. 328). É sob tal formato que o Rio de Janeiro, especialmente em áreas de maior valorização imobiliária, vem se transformando numa cidade para poucos.

Como já mencionado, o remodelamento urbano a partir das demandas do capital, não é uma novidade. A cidade do Rio de Janeiro, em particular, vivenciou inúmeros processos de intervenções urbanísticas a fim de se adaptar as exigências da sociedade burguesa. Ao longo do século XX, inúmeras foram as gestões municipais que se encarregaram desta tarefa. Entretanto, as medidas utilizadas na atualidade pelo poder público com vistas a mais um processo de reordenamento urbano, tornam-se emblemáticas ao passo em que se sobrepõem à ordem democrática, aviltando direitos constitucionalmente garantidos.

No rastro destas observações, alguns aspectos da intervenção urbanística da cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade, especialmente a partir da gestão do prefeito

Eduardo Paes, merecem uma análise mais minuciosa, a fim de elucidarmos o modelo de cidade que vem sendo proposto desde a década de 1990, com uma nítida aproximação do ideário neoliberal; e quais os impactos desta política para a população cidadina, principalmente, para os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora.

O processo homogeneizador identificado nos planos estratégicos, não só para a cidade do Rio de Janeiro, mas como mecanismo fundamental para a construção de uma cidade competitiva ao redor do mundo, pode ser claramente flagrado desde o início da gestão de Eduardo Paes, iniciada em 2009. Comandada pela Secretaria de Ordem Pública, a “Operação Choque de Ordem” combinava ações como a repressão ao trabalho informal de camelôs, recolhimento da população em situação de rua, internação compulsória de usuários de drogas, em especial o crack, demolição de imóveis “irregulares”, a construção de “eco limites” com o intuito de impedir o crescimento das favelas, etc. Segundo o prefeito, essas intervenções no espaço urbano aconteceriam em prol de um “restabelecimento da autoridade municipal e de um cuidado com a cidade”<sup>3</sup>. Sob este discurso começa a se erigir as condições para obtenção de um consenso em torno deste projeto de cidade, esvaziando seu sentido político e enaltecendo a importância da coesão e solidariedade entre os diferentes segmentos da população carioca em prol do “bem-estar” da cidade<sup>4</sup>, a fim de torná-la um pólo de desenvolvimento, trazendo o progresso e benefícios para seus habitantes. A necessidade do consenso torna-se, portanto, condição indispensável para a instauração do modelo de cidade competitiva. “Sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto” (VAINER, 2000, p.91).

Todavia, se para mobilizar a população em torno do projeto de cidade-empresa que se pretende instaurar é preciso esvaziá-la do seu sentido político; a elaboração dos planos estratégicos ao longo dos anos está calcada na construção de um projeto político e ideológico de cidade, tendo como ponto nevrálgico dois elementos fundamentais: “uma consciência de crise e o patriotismo da cidade” (VAINER, 2000, p.92). A obtenção do consenso, portanto, se dá através do fomento da ideia de “crise” urbana.

À semelhança do que ocorreu em Barcelona houve na cidade do Rio de Janeiro a construção de uma consciência de crise pelo poder público, na gestão do prefeito Eduardo Paes, em torno da qual se fundamentaram as políticas de intervenção no espaço urbano com vistas a sua superação. De acordo com os consultores catalães, a receita do sucesso de

---

<sup>3</sup> Fala do prefeito Eduardo Paes em entrevista concedida ao RJTV 1ª edição em 6 de abril de 2009. <http://globoTV.globo.com/rede-globo/rjtv-1a-edicao/v/eduardo-paes-fala-das-operacoes-choque-de-ordem/996243/>

<sup>4</sup> Segundo Vainer (2009), é necessária a instauração da cidade como um sujeito coletivo, no imaginário social, para assim criar as bases necessárias para a obtenção do consenso.

Barcelona, importada para outras cidades, inclusive para o Rio de Janeiro, “teve como ponto de partida uma aguda e generalizada consciência de crise” (VAINER, 2000, p.92). Assim,

Na velocidade da mudança intervêm uma diversidade de fatores, tais como: uma consciência aguda de crise urbana, compartilhada pelos principais atores públicos e privados. A degradação do centro histórico e a congestão do centro moderno eram processos muito visíveis e que afetavam negativamente os principais atores e a maioria dos cidadãos. A debilidade da infraestrutura urbana (...) era sentida tanto pelos agentes profissionais e empresariais como pelos residentes ou usuários da cidade. Nos bairros populares e de classe média se desenvolveu uma forte demanda social reivindicativa, que requeria resposta imediatas no novo contexto democrático. A crise da base econômica tradicional (...) acentuou a urgência de reformas urbanas (...) que, ademais, contribuíram para a reativação econômica e do emprego. (BORJA, 1995 apud VAINER, 2000, p. 92)

A partir do sentimento e consciência de crise urbana, pretende-se gerar uma comoção social em torno da necessidade de superá-la. Deste modo, a população cidadina é chamada a abdicar dos seus interesses particulares em prol de um objetivo maior: o desenvolvimento econômico e social da cidade. O **patriotismo de cidade** (VAINER, 2000) ganha destaque nas condições que geram “uma trégua e paz sociais” (idem), estabelecendo o consenso e legitimando um projeto coeso e unitário que elevará a cidade a um nível superior.

O que verificamos com a ascensão de Eduardo Paes à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro são todos esses fatores unificados em torno da figura de um líder carismático que aparece sem aspirações políticas, mas única e exclusivamente como um cidadão comprometido que se atribuiu a tarefa de unificar a cidade. Assim, a cooperação de todos os cidadãos se faz fundamental, gerando um sentimento de coletividade, pertencimento e confiança na construção de uma cidade do futuro. É nesse caldo de interesses que a iniciativa privada aparece como mais um parceiro na edificação desta cidade modelo, o que, entre outras coisas, permite que se estabeleça uma parceria público-privada no reordenamento urbano da cidade.

Nesse contexto, os chamados à participação mal encobrem que seu pressuposto é a adesão à utopia mercantil de uma cidade unida pela produtivização e competição. O compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios nos quais a cidade está engajada, a abdicção do poder a um chefe carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas, seriam o preço a pagar pelo privilégio de disputar, junto com outras tantas dezenas ou centenas de cidades, o direito de ser escolhida como localização dos próximos investimentos, das próximas feiras, das próximas convenções (VAINER, 2000, p. 98).

Como já citado, o discurso da crise urbana vem legitimar ações de remodelamento da cidade que impacta de maneira irreversível a vida de milhares de cidadãos cariocas, em especial àqueles que habitam em áreas interessantes ao capital, o que impulsionou um processo de remoção de moradias sem precedentes na história da cidade. Todavia, à

diferença dos processos de remoção vividos na cidade em décadas pretéritas<sup>5</sup>, onde o arbítrio, a violência e o descaso com o destino da população removida eram recorrentes; os processos de remoções necessários hoje para revitalizar a cidade e proporcionar uma maior qualidade de vida aos seus cidadãos (inclusive àqueles removidos), segundo a prefeitura, além de transformar a cidade num pólo de investimento internacional, trazendo desenvolvimento e progresso para a metrópole e seus habitantes, seriam precedidos de intenso debate e participação da população diretamente atingida pelos impactos das remoções. Entretanto, o que se viu foi um dos períodos mais violentos e antidemocráticos da história das remoções no Rio de Janeiro. Em estimativa feita por Faulhaber e Azevedo (2015), cerca de 20.299 famílias (aproximadamente 67.000 pessoas) foram removidas de maneira compulsória do seu local de origem.

O planejamento estratégico, através do **marketing urbano** (VAINER, 2000), assenta-se na premissa de que a cidade é uma mercadoria que precisa ser vendida. Não a qualquer consumidor, é claro. Ao contrário, o que se procura são **investidores**: consumidores qualificados pelo mercado internacional a investir na metrópole, alçando-a a categoria de cidade competitiva. Para se tornar vendável, contudo, a cidade precisa adequar-se aos parâmetros impostos por esse mesmo mercado internacional que aponta diretrizes, através das agências multilaterais, para capacitá-las ao consumo. Assim, “esta abertura para o exterior é claramente seletiva: não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos do campo ou de outros países igualmente pobres; queremos visitantes e usuários solventes” (VAINER, 2000, p. 80). Deste modo, há a necessidade de uma intensa campanha publicitária que enfatize os benefícios de se investir na cidade, tornando-a atrativa para o mercado.

Todavia, dizer que “as cidades se põe, sobretudo, ao serviço do capital é apenas um discurso” (SANTOS, 2012, p.122). Desta maneira, vale destacar que, embora fundamental para o processo de re-produção das relações sociais de produção na sociedade capitalista, a produção do espaço não “permitiu sozinha a sobrevivência do capitalismo” (LEFEBVRE, 2006, p.143). Ao contrário, o espaço, na mesma medida que proporciona a reprodução das relações sociais de produção, engendra novas relações sociais. Portanto, “Lefebvre atribui a sobrevivência do capitalismo à extensão e ampliação das relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista, pesquisadas por Marx, a todo espaço e toda a sociedade, considerando que não há somente reprodução das relações sociais já estabelecidas, mas também a produção de novas relações sociais” (MARTINS, 2014, p.276).

---

<sup>5</sup> As administrações municipais de Francisco Pereira Passos (1902-1906) e Carlos Lacerda (1961-1965) caracterizaram-se por um intenso processo de remodelamento urbano representado, prioritariamente, por uma enérgica política de remoções. Segundo estudo de Faulhaber e Azevedo (2015), cada governo foi responsável pela remoção de 20.000 e 30.000 pessoas, respectivamente.

Sob este registro, o espaço não é estático, mecânico, passivo. Ao mesmo tempo em que concentra as condições gerais para a produção e re-produção das relações capitalistas, também age como pólo de resistência das classes subalternizadas, engendrando novas relações.

## **Bibliografia**

**CARDOSO**, Isabel Cristina da Costa. *O II Plano Estratégico do Rio de Janeiro: a anulação da política frente ao ajuste urbano da cidade*. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, Santa Catarina, 25 a 29 de maio de 2009.

**CARLOS**, Ana Fani Alessandri. *A reprodução da cidade como negócio*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles. (orgs). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2012.

**CHESNAIS**, François. *Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

**CUNHA**, Neiva Vieira da. *O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica*. In: *O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013*. 325 – 330

**DINIZ**, Tânia Maria Ramos de Godoi. *Questão urbana e direito à cidade: reflexões sobre o trabalho social na política urbana*. In: CRESS-MG, *Revista Conexões Geraes*, 2º semestre de 2014. V.3 nº 5, Belo Horizonte: CRESS 6º região, 2014.

**FAULHABER**, Lucas; **AZEVEDO**, Lena. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

**LEFEBVRE**, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fevereiro de 2006

**MARICATO**, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido!*. In.: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

**MARTINS**, Raphael Martins de. *Entre o pensar e o viver: um estudo sobre a cidade como espaço estratégico da luta de classe*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014.

**SANTOS**, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

**VAINER**, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Apresentação Mesa Redonda “Política Urbana / Planejamento territorial”. Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR – Rio de Janeiro, maio de 2011.